



ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Quinquagésima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo -secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Nove da Quinquagésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 26 e 155/2023, do Ministério da Educação; Ofício nº 19.040/2023, da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ofícios nºs 628 e 629/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 204/2023, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 554/2023, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 753, 757 778 e 784/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofícios nºs 1.671 a 1.682/2023, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofícios nºs 5.038 e 5.139/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofícios nºs 849, 853 a 858/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Pedrossian Neto, Zeca do PT, Coronel David, Roberto Hashioka, João César Mattogrosso, Antonio Vaz, Mara Caseiro, Junior Mochi e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Mattogrosso, Junior Mochi, Gerson Claro, Lucas de Lima e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Junior Mochi e Pedrossian Neto. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 9/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Foi aprovado em discussão única e votação nominal o Projeto de Lei nº 114/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foi aprovada em primeira discussão e votação nominal o Projeto de Lei nº 82/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas em discussão única e votação simbólica as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Eliza Viturino de Souza; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Lindolfo Cervieri; requerimento de moção de repúdio, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada a ONG Minha Criança Trans, organizadora e responsável por levar o bloco “Crianças trans existem” a parada LGBTQ+ 2023, dia 11 de junho em São Paulo/SP; requerimento de moção de repúdio, de autoria do deputado Rafael Tavares,



endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em razão do convite, recepção e celebração ao ditador Nicolás Maduro da Venezuela; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor Felipe Cagliari da Rocha Soares, lotado atualmente na cidade de Selvíria, comarca de Três Lagoas, fazendo parte do quadro de delegados da Delegacia Regional e também delegado plantonista na Depac de Três Lagoas-MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos ao chef de Cozinha Paulo Coelho Machado Neto, embaixador da culinária pantaneira, pela sua participação como “jurado convidado” no famoso programa de televisão Masterchef; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada a Denise Silva, representante da “Bruaca Startup”, empresa que vai representar Mato Grosso do Sul no evento “Startup Summit”, considerado o maior evento de startups do Brasil; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos prefeitos de Bandeirantes, Três Lagoas e Vicentina; requerimento de informações, de autoria do deputado Rafael Tavares; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Professor Rinaldo, Junior Mochi, João César Mattogrosso, Zé Teixeira, Rafael Tavares, Mara Caseiro, Zeca do PT, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Pedrossian Neto e Neno Razuk. O deputado Pedro Kemp pediu vista dos requerimentos de informações, Protocolos nºs 2815/2023 e 2832/2023, de autoria do Deputado Rafael Tavares. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte de junho do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 21 de junho 2023: Ofício nº 835/2023, do Ministério da Saúde, respondendo a indicação da deputada Lia Nogueira; Ofício nº 2.224/2023, do Ministério da Educação, respondendo a indicação do deputado Junior Mochi; Ofício nº 012.0.575.0340/2023, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Antonio Vaz; Ofício nº 665/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Mara Caseiro, Renato Câmara, Gerson Claro, Coronel David e Marcio Fernandes. Ofício nº 18/2023, da Unigran, Centro Universitário da Grande Dourados, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Pedrossian Neto... Com a palavra a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres deputados. Eu tenho duas indicações. A primeira é endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a construção de uma passarela coberta que interligue o portão de entrada da Escola Estadual Camilo Bonfim ao seu acesso principal, no



município de Camapuã. Esta é uma reivindicação do vereador Jean Lopes. Outra indicação também ao governador, esta com cópia ao secretário Hélio Peluffo, de Infraestrutura e Logística, ao secretário Jaime Verruck, de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, e ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Wileman de Souza, solicitando a disponibilização de uma grade de arado para atender a Associação das Mulheres Solidárias Terenas, da aldeia Bananal, no município de Aquidauana. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Tião Melo daquele município. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente. Eu trago aqui um requerimento. "Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 173, XX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, e à secretária de estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, doutora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, para que prestem informações acerca do cumprimento de obrigação prevista no parágrafo 2º do artigo 4º da LC nº 93/2001, referente ao depósito pelas empresas beneficiadas no Programa MS-Empreendedor, de parte do Imposto de Renda devido anualmente, em favor do Fundo Estadual para a infância e a Adolescência (Feinad/MS). Com fundamento na prerrogativa geral de fiscalização, solicita-se às Secretarias de Estado envolvidas que encaminhem os relatórios de auditoria relativos à fiscalização do cumprimento da obrigação de depósito pelas empresas beneficiadas ou incentivadas nos termos da LC nº 93/2001. Justificativa. A Lei Complementar Estadual nº 93/2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS Empreendedor), estabelece em seu artigo 4º, parágrafo 2º a obrigação das empresas incentivadas de destinação obrigatória de parte do Imposto de Renda devido em favor do Fundo Estadual para Infância e Adolescência (Feinad), como condição para concessão dos benefícios e incentivos fiscais. Considerando que, das informações obtidas por meio do Portal da Transparência, não foi possível verificar o real cumprimento da referida obrigação, justifica-se a apresentação do presente requerimento às secretarias envolvidas, como prerrogativa geral de fiscalização cabível ao Poder Legislativo". Trata-se aqui do seguinte, presidente. Na realidade a Lei Complementar nº 93 do MS Empreendedor estabelece a obrigação, por parte das empresas que sejam incentivadas, de depositar parte do valor devido do Imposto de Renda no Feinad. Ocorre que, pela lei complementar, não está definido que se faz o pagamento até 1%, que é o valor que a lei federal permite com relação a esse tema. Eis porque estamos fazendo a solicitação formal à Secretária de Estado de Fazenda e à Secretaria de Assistência Social, para que façam o relatório de quanto cada uma das empresas incentivadas fizeram de depósito dentro do Feinad; são informações públicas, afinal o Feinad é um fundo público, e essas empresas, como contrapartida da renúncia fiscal com que foram beneficiadas, poderiam, sim, fazer o depósito no Feinad sem nenhum problema. Inclusive nós estamos pensando em elaborar um projeto de lei tornando obrigatório que seja 1%, e não "até 1%"; isto para que essas grandes empresas do



estado, principalmente da indústria da celulose, de papel, os grandes frigoríficos, que são incentivados hoje pela Lei Complementar nº 93, e que já são agraciadas com um grande favor do estado na forma de incentivos fiscais, que possam pelo menos destinar aquele 1% para o Feinad... É importante dizer o seguinte: isto não vai aumentar em nada a sua despesa, uma vez que se não fizessem o pagamento para o Feinad, o fariam para o Leão, para a Receita Federal. Portanto, se auferem renda, se ganham dinheiro, se recebem incentivos fiscais em Mato Grosso do Sul, nada mais natural que possam dar pelo menos 1% ao Feinad, para o cuidado das crianças e dos adolescentes. Nós fizemos a conta, senhor presidente, nós temos aí pelo menos uns 30 milhões de reais a mais que poderíamos injetar no Feinad e no Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. De forma que é uma importante medida para o fortalecimento da assistência social no estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Eu quero apresentar primeiro um requerimento. Solicito à Mesa Diretora o uso da tribuna para o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, o senhor Ricardo Bueno, que deverá falar sobre o projeto do governo do estado, que começou a tramitar ontem, nesta Casa, fazendo alterações na lei que estabelece a vida funcional, na carreira dos servidores da saúde. O requerimento é para que ele faça uso da tribuna amanhã, na sessão. Também apresento uma moção de congratulação à missionária Scalabriniana irmã Rosane Costa Rosa, "pelos relevantes serviços prestados à população de nosso estado, especialmente à comunidade dos migrantes, refugiados, asilados e apátridas que aqui acorreram em busca de acolhimento e melhores condições de vida. O estado de Mato Grosso do Sul tem se tornado, nos últimos anos, importante *locus* de acolhida a migrantes e refugiados que, buscando reconstruir suas vidas em nosso país, procuram o Brasil para dar um novo destino para si e suas famílias. Dados do Acnur [Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados], da OIM [Organização Internacional para as Migrações] e do Ministério da Justiça indicam a presença de mais de dez mil haitianos, venezuelanos, afegãos, sírios, iemenitas, congolezes, guineenses e cidadãos de muitos outros países que estão em território sul-mato-grossense. Enquanto o poder público vem construindo uma estrutura capaz de oferecer suporte à chegada dessas pessoas, a sociedade civil tem exercido um papel fundamental no apoio aos recém-chegados. Uma das instituições com papel mais importante nesse processo é a Pastoral dos Migrantes de Campo Grande, que teve à sua frente nesta última década a irmã missionária Scalabriniana Rosane Cosa Rosa. Extrapolando o papel de missionária humanitária, irmã Rosane idealizou a construção de uma ampla rede de apoiadores à causa migratória por todo o estado de Mato Grosso do Sul e participou ativamente da constituição do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas, a partir de 2015, e do Comitê de Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais e Refugiados de Campo, em 2021. Tem sido, portanto, agente articulador do fortalecimento das políticas públicas para a população migrante e refugiada em Mato Grosso do Sul". Estas são as razões principais da moção de congratulação que apresentamos à irmã Rosane Rosa, que infelizmente está deixando o nosso estado nas próximas semanas.



Por fim, pela ordem, senhor presidente, queria registrar a presença aqui de servidores aposentados do estado. Mais uma vez eles vêm à Assembleia Legislativa cobrar uma providência por parte do governo do estado para que seja revogado o desconto de 14% em seus vencimentos, aprovado durante aquela reforma administrativa. Esses servidores estão pedindo apoio de todos os deputados para essa luta, mais do que justa. Eu quero informar que estive com o deputado Junior Mochi na Ageprev, numa reunião com o diretor-presidente, senhor Jorge Martins, solicitando dados mais atualizados sobre a situação da previdência dos servidores de Mato Grosso do Sul. Nessa reunião, o senhor Jorge Martins nos fez uma exposição dos dados, falando do déficit do cálculo atuarial e também dos dados de servidores ativos, inativos. Nós então lhe pedimos que enviasse para a Assembleia Legislativa esses dados para que pudéssemos trabalhar em cima deles uma proposta a ser enviada ao governo. Ele nos pediu um tempo, um prazo, para atualizar os dados de acordo com a última folha de pagamento (do mês de maio). A informação que nós recebemos é que o presidente da Ageprev encaminhou esses dados ao secretário de Governo, Caravina... Ou seja, é o secretário quem está de posse das informações, e nós aqui queremos fazer um apelo ao governo do estado: que faça, com base nesses dados, uma proposta e a envie para a Assembleia Legislativa — para votarmos a revogação total do desconto, ou pelo menos um desconto escalonado, aliviando assim a situação daqueles que ganham os menores salários. Então quero registrar aqui a presença desses servidores, a luta que estão fazendo, e ao mesmo tempo cobrar do governo do estado uma solução para esse problema que está causando sérios transtornos na vida de muitos aposentados de Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATOGROSSO (PSDB) — Meus cumprimentos ao presidente, aos nobres pares, a todos que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis, também a quem nos acompanha pela TV Alems. Faço a leitura de duas indicações, senhor presidente. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao senhor Josmail Rodrigues, prefeito de Bonito, com cópia autônoma ao secretário de Obras de Bonito, senhor Luiz Alberto Busanello, solicitando o patrolamento e encascalhamento da estrada municipal da Volta Grande no distrito de Águas do Miranda, além do estudo de viabilidade para a troca da ponte sobre o córrego Tarumã, na mesma estrada, no município de Bonito. A outra indicação vai para o governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando providências no tocante à pavimentação asfáltica bem como estudo de viabilidade técnica da implantação de acesso/interseções, relativamente ao trecho entre a MS-178 e a MS-339 (acesso a Morraria do Sul), e ao trecho de acesso ao estacionamento do Balneário Municipal, localizado na MS-178, no município de Bodoquena. Era o que tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres deputados e deputadas. Apresento um projeto de lei que institui a "Semana Estadual de Conscientização e Educação sobre a Entrega Legal de Crianças para Adoção". Nós estamos bastante preocupadas com essa situação que acontece em Mato Grosso do Sul: as mulheres estão com medo de entregar as suas crianças de maneira legal. Existe já uma lei federal que institui esse programa, mas nós precisamos dialogar com essas mulheres para que não aconteça o que estamos vendo neste último período, ou seja, mulheres que não querem ficar com os seus filhos os acabam entregando de maneira ilegal. É preciso fazer um trabalho de conscientização, proteger essas mulheres, e de maneira carinhosa acolher essas crianças. Nós temos aqui também, nobre presidente, uma indicação. Requeremos à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alan Guedes, prefeito de Dourados, com cópia autônoma à senhora Ana Paula Benitez Fernandes, secretária de Educação do município de Dourados, bem como ao vereador Elias Ishi, da Câmara Municipal de Dourados, para que enviem esforços para atender à pauta de reivindicações fruto do projeto SOS Parque Arnulpho Fioravante, incluindo no orçamento e planejamento estratégico e plurianual as seguintes propostas: 1. Inclusão no orçamento municipal de 2024 de recursos destinados para: a. obras de reforma e revitalização das instalações da pista de atletismo do Parque Arnulpho Fioravante; b. custeio de serviços de eliminação das plantas invasoras (leucena) presentes no referido parque, e o plantio de plantas nativas em substituição àquelas. 2. O pedido de reforma e revitalização da pista de atletismo do Parque Arnulpho Fioravante é feito porque Dourados não tem pistas de atletismo adequadas para as redes públicas de educação. 3. Propõe-se que, após a revitalização da pista, seja instituído um calendário anual de competições estudantis de atletismo estudantil das redes públicas municipal e estadual. Acredita-se que isso permitirá ao município de Dourados inserir-se no grupo de municípios que contam com atletas participantes em competições olímpicas em nível nacional e internacional (projeto futuro e condicionado à construção da pista de atletismo). 4. Requer-se que um documento reivindicatório seja protocolado junto à Secretaria Municipal de Educação de Dourados, para que instituem o referido calendário municipal de Competições Estudantis de Atletismo a serem realizadas no Parque Arnulpho Fioravante. Esta indicação, presidente, é motivada por um projeto desenvolvido pelo professor Enio, por estudantes e pela comunidade da Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo. E queremos também apresentar uma moção de congratulação ao professor Enio Ribeiro por essa iniciativa, a ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por proposição da deputada estadual Gleice Jane, aprova a moção de congratulação ao professor Enio Ribeiro de Oliveira, transmitindo-lhe as seguintes considerações: 'Gostaríamos de expressar nosso sincero reconhecimento e profunda admiração pelo notável trabalho que você, suas alunas e seus alunos, realizaram com o Projeto S.O.S Parque Arnulpho Fioravante. É inspirador ver a dedicação, a criatividade e o compromisso que vocês demonstram ao desenvolver essa iniciativa. A visão que têm para a cidade de Dourados e a forma como articularam os problemas e as soluções, mostram uma compreensão aguda das questões ambientais, de saúde e educação em nosso município. Esse projeto, ao promover a cidadania ativa e a consciência ambiental, provou ser muito mais do que um projeto escolar. É um marco de esperança,



representando um futuro mais brilhante e sustentável para nossa cidade. E esse marco só foi possível graças à orientação e o apoio que você e os demais profissionais da educação envolvidos forneceram aos nossos jovens estudantes. Os estudantes, com sua dedicação e espírito de equipe, são prova viva de que a educação verdadeiramente transformadora vai além da sala de aula. Eles são um reflexo do seu empenho em formar não apenas alunos, mas cidadãos engajados, capazes de pensar criticamente e agir de forma proativa em prol de sua comunidade." Eis portanto uma indicação e uma moção de apoio, de congratulação, ao professor e a esses estudantes que estão trabalhando. E gostaria também, senhor presidente, nobres deputados, deputadas, de dizer que nesta segunda-feira fizemos aqui um seminário para discutir a saúde das mulheres. E nesse seminário fizemos um processo de escuta das mulheres, de vários segmentos, de vários setores, e elas disseram o que é que está adoecendo. E, nobres deputadas Mara, Lia Nogueira, foi surpreendente ver que o que mais afeta a saúde da mulher é a violência (palavra mais pronunciada). As mulheres estão sofrendo opressão, a opressão do trabalho, a opressão de um mercado capitalista que exige muito mais de nós mulheres. Nós trabalhamos muito mais do que os homens e não temos reconhecimento, mas nós queremos dividir essas tarefas também. Sofremos opressão e violência de todas as formas, estão nos causando problemas de saúde. Nós vamos continuar fazendo esse debate aqui... Na oportunidade, nobres deputados, presidente, entregamos aqui a semente de uma planta, a clitória, da qual dá para fazer chá, um drinque, além de ter um efeito relaxante, para que as mulheres tratem as suas dores, as suas opressões. Então quero aqui hoje presentear a vocês também, entreguem às mulheres que fazem parte da vida de vocês esta lembrancinha, digam a elas que isto se faz com muito carinho, e que o nosso trabalho aqui na Assembleia é um trabalho para todas as mulheres. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o nobre deputado Junior Mochi... Com a palavra o deputado Coronel David... Com a palavra o nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, a todos que acompanham a Sessão da ALEMS no dia de hoje. Uma preocupação nossa, tema recorrente aqui na Assembleia, é com relação à proteção das crianças no ambiente escolar — temos aí alguns casos acontecendo nas escolas de Mato Grosso do Sul. A propósito disso, nós fizemos mais um requerimento relativamente a uma professora que estava dando aula sobre ideologia de gênero para crianças da rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul. Essa professora foi gravada, nós estamos com os áudios, já os transcrevi, e nós vamos fazer um requerimento ao secretário de estado de Educação e para o governador, para que fiquem cientes do caso e tomem providências. Em cima disso, nós queremos apresentar aqui um projeto de lei pensando em solucionar esse problema. Já que alguns professores não se restringem à sua missão de ensinar, acabam protagonizando algumas situações em ambiente escolar que não são da sua alçada, principalmente quando tratam do tema de ideologia de gênero — que nenhum pai e nenhuma mãe no Mato Grosso do Sul colocam seu filho na escola para aprender sobre isso, não? —, já que isso está acontecendo, nós estamos propondo um projeto



de lei cujo artigo 1º fala sobre o objetivo de garantir o poder de veto dos pais e responsáveis a quaisquer atividades (para os alunos) que tratem sobre a questão de gênero no ambiente escolar ou similares no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Ou seja, se o professor, se a escola quiser falar sobre ideologia de gênero, vai ter de consultar o pai e a mãe desse aluno, para que esse pai e essa mãe permitam que seu filho aprenda sobre isso nas escolas do estado. Então é um projeto que visa a proteger as crianças, e eu peço o voto dos colegas: não vamos permitir que os nossos filhos e netos sejam reféns de professores que fogem da sua alçada na sala de aula. Somente isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o nobre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente, bom dia, nobres pares, bom dia a todos. Senhor presidente, tenho uma indicação direcionada ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, para que seja viabilizada a construção de uma nova ponte na estrada intermunicipal rural, da região de Nova Esperança, que interliga os municípios de Amambai e Coronel sapucaia. Esta proposição, senhor presidente, é em atendimento a uma solicitação encaminhada ao nosso gabinete por um produtor rural da região, o senhor Gilmar Mota da Costa. Ele e outros produtores da região de Nova Esperança vêm encontrando dificuldades para fazer o escoamento da sua produção, visto que a atual ponte sobre o córrego está em condições precárias de uso, impossibilitando o escoamento adequado de grãos. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra deputado Roberto Hashioka... Deputado Junior Mochi... Deputado Lucas de Lima... Deputado Antonio Vaz, antes do Lucas de Lima.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Antes do deputado Antonio Vaz fazer uso da palavra aqui, eu gostaria de solicitar a retirada do meu Projeto nº 117/2022, porque o deputado Professor Rinaldo apresentou um projeto mais completo versando sobre o mesmo assunto. Então estou pedindo a retirada, o arquivamento desse projeto.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, nobres deputados. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário e de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhada moção de apoio à Associação dos Vigilantes de Aquidauana. A presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do Deputado Antonio Vaz, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias externar sua



admiração e apoio ao trabalho exercido pelo senhor Wagner Romero em apoio à Associação dos Vigilantes de Aquidauana, e pela senhora Angela Berenice Santa da Luz Costa, que vem travando essa luta em prol da classe de vigilantes de Mato Grosso do Sul, luta que tem como objetivo a valorização desses trabalhadores e a implementação de mudanças significativas para a classe, fortalecendo-a e dando-lhe maiores condições para a prestação desse serviço. Vale lembrar que os vigilantes têm a função de guardar vidas, guardar patrimônios, e que portanto são pessoas que têm de estar preparadas para as adversidades da profissão. Em razão desta exemplar atuação, peço que seja encaminhada moção de apoio à Associação de Vigilantes de Aquidauana, em nome dos senhores supracitados. Parabéns a todos os vigilantes de Mato Grosso do Sul pelo seu dia." É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero em nome desta Casa cumprimentar os servidores aposentados de Mato Grosso do Sul, do Judiciário, da Funtrab, da Agepen, e outros que participam de manifestação nesta Casa. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres deputados, público aqui presente. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando-lhes que providenciem com urgência a implantação de uma proteção lateral, *guard rail* ou mureta, entre a avenida Vereador Thyron de Almeida, na altura da Campestre até o Shopping Norte Sul Plaza, em Campo Grande. Apesar de a região do Shopping Norte Sul Plaza contar com uma calçada ampla, com proteção e até pisos táteis, é possível encontrar pedaços de concreto pelo caminho que atrapalham o ir e vir dos pedestres. A realidade de todo aquele trajeto pelo qual passa o córrego é ainda pior, pois boa parte desse trecho de sete quilômetros nem calçada possui. Não precisa caminhar muito para encontrar um cenário completamente diferente da área próxima ao centro de compras. Em menos de dois meses, noticiou-se pelo menos quatro acidentes ocorridos em córregos na Capital. Na segunda-feira, um veículo despencou de cinco metros no córrego Segredo, na avenida Ernesto Geisel, na altura do bairro Cabreúva. O condutor saiu ileso, mas o carro da empresa onde trabalha como motorista ficou destruído. Tal medida se faz necessária para garantir segurança tanto a pedestres quanto aos condutores de veículos que transitam pela região. Indico à Mesa Diretora que seja enviado expediente ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando providências para que sejam retirados os entulhos da rua das Orquídeas, da ruas Ceres e Texaco, no bairro Jockey Clube. Outra indicação, esta ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agetran, solicitando providências para que seja implantada uma cobertura no ponto de ônibus nº 1627 da avenida II, na vila Nova Campo Grande. E uma indicação, também ao secretário municipal de Infraestrutura, solicitando-lhe que providencie com urgência o patrolamento e encascalhamento de toda a extensão da rua Alberto Albertini, principalmente no cruzamento com Jmares, na altura do nº 185, nos bairros Morada do Sol e Los

Angeles. Tal solicitação chegou-nos ao gabinete provinda de moradores que relatam ter dificuldades para trafegar ali. Devido às fortes chuvas que vêm caindo, o local encontra-se intransitável, cheio de valetas, dificultando a passagem de motoristas e pedestres. Pedimos por gentileza que deem uma atenção especial para o local, pois trata-se de um bairro esquecido, a exemplo de muitos outros em Campo Grande. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores, encerramos o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: vinte e quatro indicações (Prot. nºs 03042/2023, 03043/2023, 03044/2023, 03045/2023, 03046/2023, 03047/2023, 03048/2023, 03049/2023, 03050/2023, 03051/2023, 03052/2023, 03053/2023, 03054/2023, 03055/2023, 03056/2023, 03057/2023, 03058/2023, 03059/2023, 03060/2023, 03061/2023, 03062/2023, 03063/2023, 03064/2023, 03065/2023); um requerimento (Prot. nº 03067/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 03040/2023, 03041/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 03088/2023). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de resolução (Prot. nº 03107/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 03083/2023, 03087/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 03073/2023, 03075/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 03074/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: sete indicações (Prot. nºs 03102/2023, 03101/2023, 03098/2023, 03100/2023, 03099/2023, 03097/2023, 03095/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 03103/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 03104/2023, 03105/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de resolução (Prot. nº 02592/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 03066/2023); um requerimento (Prot. nº 03093/2023); quatro moções de congratulação (Prot. nºs 03091/2023, 03092/2023, 03094/2023, 3096/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 03089/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 03090/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, no Grande Expediente, o nobre deputado Lucas de Lima. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Coronel David. Transferida. Deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, subo hoje a esta tribuna para falar de história, do nosso estado e do Brasil. Essa história precisa ser estudada, analisada, para que não venhamos a cometer os mesmos equívocos do passado. Tempos atrás, anos atrás, um bom gestor, um excelente, extraordinário gestor, que assim se apresentava, teve em dado momento a perspicácia de entender o quão gravoso seria para Mato Grosso do Sul a criação de um fundo que incidisse sobre a nossa produção, sobre o agro, sobre o nosso maior bem. Pois criou-se o Fundersul, e o que faz esse gestor? Ajuíza a ação, demanda, defende publicamente a inconstitucionalidade da criação desse tributo. Pois esse gestor era o nosso atual governador Eduardo Riedel. E na defesa que fez, contra o sufocamento do setor, do agro, justificava o excesso de tributação

sobre a folha de consumo, sobre a folha de serviços... E o fazia porque historicamente, em nível internacional, deputado Rafael Tavares, deputado Pedrossian Neto, nós temos comprovado que países que desoneraram sua folha aumentaram os índices de produtividade, e aumentaram em 20% a remuneração da sua folha salarial. Quer dizer, promover uma desoneração de tributos sobre os serviços, sobre o consumo, gera para o trabalhador um aumento — isto já está historicamente comprovado, em vários países — da ordem de 20% no salário e um maior valor agregado na produção. Durante a gestão passada, quando nosso atual governador era secretário, o que fizeram eles quando tiveram a oportunidade de extinguir isso aí, defender o histórico discurso de alívio da carga sobre as costas do produtor rural?... Aumentaram! Fizeram o contrário do que diziam tencionar fazer. Mas agora, com a PEC 45, deputado Pedrossian Neto, que é um espetáculo de reforma, um início de Reforma Tributária para o País, uma unificação dos impostos indiretos (IPI, ICMS, Cofins, ISS, outras Contribuições...), tudo simplificado (nota de entrada, nota de saída, alíquota) —, agora acabou, acabou a complicação para fazer o cálculo do imposto. Acabaram, com esse projeto, os créditos de incentivos fiscais, que são notícia nas folhas criminais; aumenta-se a competitividade, agrega-se mais valor à produção... E não obstante isso tudo, o que faz o governador?... Monta um grupo de estudos e, através de seus funcionários, da sua equipe, externa sua preocupação com a extinção de um fundo cuja criação ele mesmo condenava lá atrás. Quer dizer, hoje a maior preocupação do governador Eduardo Riedel é a extinção do Fundersul, de um recurso da ordem de quase dois bilhões de reais; quando sua maior preocupação deveria ser a permanência do fundo, ou pelo menos sua conversão imediata, exclusiva, no asfaltamento dos trechos faltantes da nossa malha rodoviária. Deveria estar também preocupado com os desvios, com as negociatas feitas em torno dessa fonte, com a falta de transparência na aplicação desse recurso. Eu vi o governador Eduardo Riedel falar sobre *compliance*... Mas ora, *compliance* é o termo inglês que designa um conjunto de práticas (no caso no setor público) em conformidade com certas normas, regras, leis; quer dizer, são normas de conduta, o que significa avaliar, monitorar, cumprir leis, ater-se a valores éticos, significa você contratar empresas que não estejam comprometidas, que pratiquem desvio de finalidade, que desviem recurso público... Recentemente vi matérias relatando o bom serviço que vem fazendo o Ministério Público na apuração de desvios de recursos que eventualmente aconteceram na prefeitura de Campo Grande... só que as mesmas empresas possuem contratos com o governo do Estado. O *compliance*, se adotado de fato, impediria a contratação dessas mesmas empresas. Defender, portanto, a manutenção do Fundersul, montar uma equipe e coordenar sua bancada para ir contra a reforma tributária, sendo que com ela nós temos a possibilidade de desonerar a produção do agro — é mudar a essência, aquilo que forjou o próprio governador. É uma vergonha e é um ataque ao agronegócio!... Mas deixe-me contar, deputado Zé Teixeira, uma breve história para Vossa Excelência, sobre a taxa de produção, do consumo, dos serviços... Não é só que isto não deu certo em nenhum outro lugar do mundo, que isso trouxe prejuízo. Não. Nós temos um exemplo disso aqui no Brasil, deputado Zé Teixeira: no Maranhão. No Maranhão, na época da Revolução Industrial, quando a Inglaterra monopolizava as máquinas de tear, 40% da produção de algodão, da Inglaterra, saía do Brasil, deputada, Mara Caseiro. A Inglaterra escolhia o algodão brasileiro, do Maranhão, então o maior produtor do mundo da *commodity*, não era porque o vendêssemos

barato, deputado Hashioka, eles escolhiam o algodão brasileiro porque era de maior qualidade, o fio era mais comprido... E o que fez a Coroa portuguesa, com medo de Napoleão Bonaparte?... Taxou, hipertaxou o agro da época, que era a produção de algodão. Resultado: em alguns anos o algodão deixou de existir no Maranhão, acabou a produção de algodão no Maranhão... É igual ao que está acontecendo em Mato Grosso do Sul; nós estamos, através do Fundersul, taxando em dois bilhões o agro, e não estamos devolvendo os recursos desse fundo de volta para o agro, em melhoramentos de estradas, abrindo novos acessos, etc. Vejam quanto estamos convertendo, do dinheiro tirado do agro, em serviços de volta para o agro! Nós estamos acabando com o nosso agronegócio. Eu entendo que o governador Eduardo Riedel queira se aproximar do PT, em nível federal, estadual, mas ele precisa entender que o agro está sendo atacado pelo governo federal; não foi uma, não foram duas nem três vezes que o presidente Lula publicamente atacou o agro. Então é preciso tomar conta daquilo que é nosso e promover uma ampla conversão, deputado Rafael Tavares... Mas bem, analisando a LDO, deputado Rafael, eu resolvi fazer uma proposta de PEC, de emenda à LDO, tornando nossas emendas parlamentares impositivas. E lhes conto por que pensei isso... Eu fui criado no meio do sertão, fui criado na fazenda, e me lembro de uma cena... Certo dia, perto do rio Três Barras, em Paranaíba, que cortava a Fazenda Prata, vi um tratador, deputado Hashioka, de galinhas, daquelas galinhas poedeiras, trazendo sua quirera; enquanto esse tratador não fazia certo sinal, as galinhas não colocavam a cabeça para fora da gaiola para comer... E me chamou a atenção o seguinte, que às vezes, para limpar a gaiola, o tratador abria a portinha e as deixava ciscar no terreiro, gozar um pouquinho de liberdade... mas de repente elas por conta própria voltavam a ficar enjauladas. E eu não entendia bem o que causava o estranho fenômeno do retorno espontâneo das galinhas ao galinheiro... Daí que fico me perguntando aqui, deputado Neno Razuk, deputado Lucas de Lima, quando será que vamos parar de enxergar o governo como "tratador" das nossas gaiolas, quando que vamos enxergar que esta Casa não precisa ir ao governo pedir recurso, quando que vamos começar a enxergar, deputado Neno Razuk, que nós fazemos a gestão dos recursos, das nossas emendas parlamentares... Numa gestão passada houve o não pagamento de emendas parlamentares, deputada Lia Nogueira (Vossa Excelência que chega agora)... Então por que não fazemos como fez o Congresso Nacional e colocarmos nossos recursos com valores pré-estabelecidos, como garantia, como emenda impositiva? A nossa Constituição estadual, no seu artigo 163, deputada Lia Nogueira (Vossa Excelência que é uma neófito), estabelece que as emendas parlamentares individuais aos projetos de lei orçamentária serão aprovados no limite máximo de 1,2% do orçamento. Isso daria 12 milhões de recurso para cada parlamentar transferir, enviar para a sua base. Só que o mesmo artigo diz, no parágrafo 9º, que é obrigatória a execução dessas emendas... Mas o parágrafo anterior diz que serão aprovadas no limite *máximo*, quer dizer, não há um limite mínimo... Quem é que cria o limite mínimo?... Somos nós, na apresentação da nossa LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], na apresentação da nossa LOA [Lei Orçamentária Anual]... Enquanto esta Casa entender que é apenas um braço do Executivo, uma gaiola, nós estaremos nos comportando como galinhas poedeiras. Se não colocarmos uma regra, um limite, nós vamos nos submeter a situações como a que aconteceu com este parlamentar, que, por ter um pensamento diferente, divergente do governo estadual, ficou sem receber um lote de emenda parlamentar... E

aqui não fui eu, não, foi a base parlamentar, quem deixou de transferir recursos foi a Assembleia Legislativa... E quando a gente olha, deputada Mara Caseiro, a última LOA aprovada por esta Casa, a gente começa a pensar que há realmente alguma coisa equivocada... Quando a gente analisa os valores...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, deputado. Vossa Excelência me concederia um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Deputado, eu me senti no mínimo ofendido, quando o senhor fala que nós somos galinha poedeira! Eu não sou isso, não, bicho!... Se você está se colocando como tal, eu acho estranho... Eu acho que oposição tem limite, a oposição pode ir até o momento em que começa a ferir o decoro; aqui na Casa nós temos a Comissão de Ética, temos de respeitar o nosso Parlamento... E eu me senti ofendido, deputado! Eu quero lhe dizer que, se Vossa Excelência se considera uma galinha poedeira, eu não! Eu faço a votação aqui no plenário aberto, nesta Casa, respeitando todos os companheiros, e voto com a minha consciência, eu não voto porque é governo ou porque não é governo, deputado... E aí acho que tem de haver uma reconsideração de Vossa Excelência. Por favor!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Paulo Corrêa, Vossa Excelência precisa prestar atenção à minha fala. Eu citei números, o que fiz foi uma analogia à situação da galinha poedeira que poderia se libertar da gaiola e não o faz — usei esta como poderia ter usado qualquer outra imagem... O que eu disse em seguida, deputado Paulo Corrêa, é que nós temos de cumprir a nossa Constituição estadual, que garante às nossas emendas o caráter de impositivas. Se Vossa Excelência ficou ofendido com a minha fala, deveria ter ficado mais ofendido quando este parlamentar recebeu um cheque sem fundo do governo estadual! Caloteiro!...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Concede um aparte?...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não vou conceder o aparte neste momento...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Só quero me colocar à vossa disposição para lhe mostrar que o governo libera emenda independentemente de partido: me coloco à sua disposição.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado... Não concedo já o aparte porque quero concluir... A esta Casa foi atribuído o valor de 48 milhões de reais, para os vinte e quatro parlamentares poderem indicar... sem a garantia legal de que isto será executado, de que será transferido... Quando a gente olha a última LOA, deputado Rafael Tavares (Vossa Excelência não viu ainda uma LOA), veem-se coisas... Eu vou colocar os valores. Vamos a secretários de estado: de Fazenda, um bilhão, um bilhão de recursos à disposição da Secretaria de Fazenda! Secretaria de

Educação, dois bilhões; Fundo Especial da Saúde, dois bilhões; Departamento Estadual de Trânsito, 500 milhões; Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, 493 milhões; Secretaria de Estado, Governo e Gestão Estratégica, 231 milhões de reais; Secretaria de Estado de Infraestrutura, 26... E assim vai a coisa... Secretarias que não receberam votos! que não são cobradas como somos cobrados nós parlamentares!... Então estou fazendo esse anúncio para que os colegas reflitam sobre o que aconteceu com as emendas que este parlamentar colocou na LDO... Coloquei lá, para que fosse cumprido o limite da Constituição estadual... Porque foram vocês aqui, muitos que estão aqui, que colocaram o percentual máximo na Constituição, de 1,2% do orçamento...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Isso nunca foi executado... Só um momento, deputado... Só que nunca foi executado nada nem perto disso. Hoje esta Casa tem um vergonhoso zero, ponto, zero, alguma coisa, sem ter a garantia de que receberá isso... Cachorro picado de cobra tem medo de linguíça... Então nós temos de jogar na regra legal, nós temos de colocar na LDO... Mas bem. Eu fiz duas emendas, deputado Marcio Fernandes, uma com o valor que a Constituição estabelece como parâmetro de referência (1,2%), e também coloquei os míseros 48 milhões, uma quirera! (para voltar à minha imagem anterior, deputado Paulo Corrêa). Vejam, é uma figura de linguagem, e má figura, porque nem quirera poderia ser considerado isto, porque quirera engorda o frango e o deixa pronto para o abate... Eu não quero engordar, eu não quero ser frango, eu não quero ser galinha nem muito menos abatido (para que fique mais claro)... Concedo o aparte ao deputado Pedro Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom, deputado João Henrique, inúmeros pontos da fala de Vossa Excelência mereceria considerações... Em todo caso, eu penso que se há um modelo de relacionamento exitoso entre Legislativo e Executivo, o caso da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul talvez seja o mais destacado do país. Temos, com efeito, um relacionamento harmonioso com o governo, e de todos os parlamentares, que em sua maioria têm sido atendidos plenamente pelo chefe do Executivo, cujos secretários têm atendido a maioria dos nossos parlamentares. Além disso todos esses temas tributários são discutidos aqui dentro desta Casa. Quando o governo do estado nos manda uma LDO com valores significativos, atribuindo bilhões a algumas secretarias, isto é absolutamente legítimo, afinal o governador foi eleito pela maioria dos eleitores, assim como nós — assim como nós. De modo que não vejo a necessidade, forçosamente, de ampliarmos a quantidade de emendas... É lógico que pela própria natureza da atividade parlamentar nós queremos mais... O fato é que o governo do estado aumentou significativamente o valor este ano, e se comprometeu a elevá-lo ainda mais nos anos subsequentes. O governador tem-se portado de maneira responsável na condução da política econômica deste estado, principalmente pela forma como se tem pautado no debate da Reforma Tributária. Quando o governador do estado manifesta preocupação com relação ao Fundersul, é porque está preocupado com a ponta, com os investimentos do Fundersul. Se nós precisamos melhorar, clarificar, a gestão do Fundersul, ótimo! sempre é possível melhorar... Mas o posicionamento da Acrissul

[Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul], o posicionamento da Famasul [Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul] têm sido no sentido de que, neste momento, seria irresponsável o estado abolir a cobrança do Fundersul, de maneira que quando o governador coloca isso dentro do GT [Grupo de Trabalho] da PEC 45, ele o faz em consonância com aquilo que estão defendendo a própria Famasul e a própria Acrissul. Se nós chegamos a essa posição fiscal hoje, robusta, que nos está permitindo dar incentivos fiscais, valorizar o servidor público, isto se deve à gestão responsável do governador Riedel e do governador Reinaldo. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado pelo aparte de Vossa Excelência. Mas que bom que Vossa Excelência é ainda um neófito: eu não sou mais. Saiba que a cada negociação de emenda, a cada empenho, a cada transferência efetiva, não só Vossa Excelência (e os parlamentares que estão aqui vão concordar se forem sinceros), gera-se uma tensão ou uma dúvida... E posso provar o que estou falando, não foi só comigo nem só neste mandato que houve quem ficasse sem receber emendas parlamentares. Quanto a incentivos, eu sou contra, deputado Pedrossian Neto. Para serem concedidos, os incentivos fiscais têm de ter *compliance*, transparência, senão acontece o que o deputado Zé Teixeira falou aqui... Quando a gente começou a se mexer aqui na Casa, uma das empresas que receberam indevidamente incentivos fiscais passou a devolver recurso público, desviado... mas o governador Eduardo Riedel se nega (por enquanto) a atender a pedidos desta Casa, aprovados por este Plenário, pedidos de transparência, para que ficássemos sabendo quais são os benefícios, quais são as obrigações...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Vossa Excelência me concede um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não, deputado Paulo Corrêa, só um momento... Quais são, como dizia, as contraprestações que devem ser observadas nos termos de acordo de incentivos para que estes possam ser concedidos. Então não adianta falar que é muito bom, que é ótimo, que é excelente, que vai haver *compliance*, que vai haver transparência, se na prática nega-se a cumprir ordem desta Casa: vai ser compelido em juízo, que este parlamentar não vai descansar enquanto não trazer transparência para esses recursos, para a arrecadação financeira... Aliás, deputado Pedrossian Neto, Vossa Excelência viu aqui os aposentados pedindo, através do deputado Pedro Kemp, a diminuição do desconto em sua folha de pagamento. Houve melhoras na arrecadação? Sem dúvida: houve melhoras. Agora, com a Reforma Tributária, com a extinção do Fundersul, será distribuída para todos os outros setores a carga: haverá nota fiscal de entrada, nota fiscal de saída, alíquota e acabou. Vai ser até mais fácil o serviço dos auditores fiscais, não será mais preciso um serviço tão especializado de auditorias para verificar se houve desvio, corrupção...

DEPUTADA PAULO CORRÊA (PSDB) — Concede um aparte deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo, deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADA PAULO CORRÊA (PSDB) — Só para me colocar à disposição de Vossa Excelência. Como se sabe, o governador Eduardo Riedel está no nosso governo desde o dia 1º de janeiro... Vossa Excelência usou aí outra expressão, "cheque sem fundo" que eu acho que tem de ser repensada... Cheque sem fundo é depois de descontar. Vossa Excelência indicou dois milhões de reais de emendas... Pois se as entidades que Vossa Excelência colocou estiverem com a documentação correta, os recursos serão liberados para todas, e eu aqui assumo o compromisso de estar junto com Vossa Excelência, com o líder do governo, que é o deputado Londres, com o vice-líder do governo, que é o deputado Pedrossian Neto, com o presidente desta Casa, Gerson Claro, para irmos ao governo cobrar... Nunca houve isso aqui, deputado: todas as vezes foram cumpridas as emendas... Se não foram cumpridas, aí posso colaborar também para verificar com Vossa Excelência o que houve. Coloco-me à sua disposição.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou pedir a Vossa Excelência que conclua, que está terminando o tempo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou concluir, já agradecendo o aparte dos colegas... Mas quero dizer, deputado Paulo Corrêa, que lhe agradeço pelo compromisso que faz Vossa Excelência. Agora, para que possamos selar esse compromisso, vamos colocar os valores designados aos parlamentares na nossa LDO, como valores mínimos a serem executados, vamos colocar na nossa LOA... Se Vossa Excelência se comprometer a assinar comigo a emenda que fiz, ficaria muito satisfeito, seria uma satisfação tê-lo como avalista desse pagamento.

DEPUTADA PAULO CORRÊA (PSDB) — Só uma coisinha, já que fui citado... Há uma negociação, deputado, Vossa Excelência não participou da reunião... Eu não assinarei a emenda com Vossa Excelência porque fiquei sabendo, assim como o deputado Gerson Claro e todos os deputados que participaram da reunião, que não serão mais dois milhões para o ano que vem, serão... três milhões! A nossa LDO, que estamos estudando, é para fazer a LOA funcionar no ano que vem...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vamos colocar três.

DEPUTADA PAULO CORRÊA (PSDB) — ...Essa que estamos executando é referente ao ano passado — dois milhões, ok? e ano que vem nós fazemos três, deputado, foi isso que ficou combinado com o nosso governador.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Beleza. Obrigado, deputado Paulo Corrêa. Obrigado, deputado Gerson Claro. Então podemos nessa LOA colocar os três do futuro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Temos ainda um minutinho no Grande Expediente. Com a palavra o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Deputado Predrossian Neto. Transferida. Deputado Zé Teixeira... Vossa Excelência dispõe ainda de dez minutinhos, que com a capacidade de Vossa Excelência é tempo suficiente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, plateia que nos assiste... O bom da política são esses debates fantásticos que a gente ouve na tribuna. Eu ouvi com muita clareza o deputado que me antecedeu e gostaria de fazer um comentário aqui... Falou-se em cheque sem fundo... Ora, cheque sem fundo entrega-se para a autoridade executar, é preciso cobrar o cheque... Eu não penso dessa forma. Como conversava com o líder do governo, talvez o Fundersul possa ser extinto... Só que se o Fundersul for extinto, precisa haver um prazo, pois o Fundersul está no orçamento; e o Fundersul não é ICMS, é uma contribuição para a recuperação de estradas, recuperação de vias públicas — e nada mais justo, porque a maior arrecadação desse fundo é do combustível (álcool, diesel e gasolina). Eu tenho muita experiência, e depois de estar aqui todos esses anos eu enxergo que essa solidez financeira em que se encontra o nosso estado deve-se exclusivamente ao setor do agronegócio. E deve-se ao Confaz ter terminado com os incentivos fiscais; hoje qualquer produto que você venda, seja milho, boi, soja, arroz, feijão, é tudo 12%... Só que 12% sobre duzentos reais, que era a soja, isto dá 24 reais por saco. Os 12% do milho, em cem reais, são doze reais por saco... Só que sobre os 50 reais, o que custa hoje o milho, são só seis. A soja de trezentos baixou para cento e poucos, o que dá 12, 13 reais por saco. A arroba do boi que era 300 reais, hoje é 230: também diminuiu... Então, se o estado está com uma rija saúde financeira é porque também deve ter feito economia... Eu realmente não enxergo a possibilidade de governo nenhum administrar o estado sem a contribuição do Fundersul — não enxergo. A solução que o governo vai encontrar, eu não sei; se existe legalidade, eu não sei — mas, repito, não enxergo forma nenhuma de administrar o estado prescindindo dos recursos do Fundersul, um estado primário como o nosso, onde ainda falta ponte, ainda falta estrada, ainda falta muita coisa para quem trabalha, produz e sustenta este país, que é o setor do agronegócio. A única coisa que eu desejo cobrar nesta Casa, como parlamentar, é que o setor produtivo tenha a segurança jurídica que não tem: nós vivemos sobressaltados com as invasões do MST, fora da lei, e com as invasões dos indígenas... E quando há uma invasão indígena, se o índio é tutelado pelo governo federal... e caso a terra invadida seja desapropriada, retomada ou anulado o título... que eu cobro do governador Riedel... Porque ele hoje está governador, mas lá atrás, antes dele, passaram muitos outros depois da Proclamação da República, depois da criação do estado de Mato Grosso, outros que venderam as terras e receberam o dinheiro. Quem tem um título aí de cem anos, como é o caso daquelas fazendas invadidas em Rio Brilhante, em Caarapó, invadidas aqui em Dois Irmãos do Buriti... Saiu o meu nome, o nome do deputado Pedro, o nome do deputado Bacha... e eu liguei para o Bacha. O título da propriedade do Bacha, onde foi demarcada a reserva indígena de Buriti, foi requerido pelo avô dele — é título centenário, tem mais de cem anos... Então a única coisa que eu desejaria no momento é que isso tivesse um final, que as leis brasileiras fossem respeitadas, e que o setor produtivo, que sustenta este país, que levanta o nosso PIB, que ajuda na arrecadação de todos os setores, tivesse respeito, tivesse a garantia de ir dormir dono e não amanhecer alijado da sua propriedade por invasões arbitrárias e foras da lei... Está havendo aí uma CPI... Eu não sou contra a Reforma Agrária, sou 100% a favor, eu não tenho nada contra os índios — que possuem 12% do território nacional! Se possuir terra fosse a solução, por que então os yanomamis, com um milhão de hectares, estão passando fome e morrendo?!... Por que que os kadiweus, com 360 mil

hectares, passam necessidade?!... Então não é a posse da terra o problema, ainda mais uma terra titulada há mais de um século, da qual estamos aqui hoje como sucessores... Porque a terra que eu uso em Caarapó, não fui eu que requeri, foram pessoas que vieram antes de mim para cá, foram essas pessoas que requereram as terras — e pagaram por elas ao estado, o dinheiro foi depositado no Tesouro do estado. No banco de dados do governo está lá a titulação e a tramitação do título, da venda da propriedade, feita pelo estado às pessoas, de quem nós hoje somos sucessores (talvez haja por aí algum dos primeiros proprietários ainda vivo, com cento e tantos anos...). Então nós precisamos exatamente de uma coisa: de segurança jurídica, de tranquilidade para trabalhar, dentro da legalidade. O Brasil é o único país no mundo em que a pessoa compra 100% e pode usar 80% (aqui no Centro-Oeste); no Mato Grosso pode usar 50%; e na Amazônia pode usar só 20%! E por quê? Porque por trás disso estão mais de duas mil ONGs internacionais de olho no nosso progresso, que já estão enxergando que nós estamos passando os Estados Unidos na produção de grãos. E o que eles querem? Querem é impedir o desenvolvimento, o progresso do nosso país, e a única forma de conseguir isso é sufocar o setor produtivo... Tratar bem os índios? Sim, perfeitamente... Outro dia vi meu colega Zeca falando aqui... Vá lá ver a roubalheira que está na Missão Caiuá em Dourados! O dinheiro vai mas não chega na mão dos índios; não chega na saúde, não chega na educação, não chega nas estradas para eles; é preciso o governo estadual ir lá e fazer as estradas, isto quando o procurador federal deixa. Porque para entrar em reserva indígena precisa pedir permissão; agora, se o procurador não permitir, os índios ficam sem estrada... O fato é que a Jaguapiri e a Bororó nem são mais reservas: são distritos do município de Dourados! É uma população grande, precisa respeito, precisa saber como eles querem viver... Porque dentro da reserva há uma extensão da Unigran, do Murilo [Zauith], onde se pode formar advogado (e já há), pode se formar enfermeiro, médico, professor... É um direito que eles têm, porque os índios são primitivos, eles estavam aqui antes de nós, talvez até com mais direito do que nós — mas só que um direito dentro da Constituição federal!... Eles tinham o direito da primeira lei, que criou o SPI [Serviço de Proteção aos Índios], em 1910, que vigorou até 1965, acabando no governo militar, que pegou o patrimônio dos índios; eles eram donos, as etnias eram donas das terras, eram tituladas pelo governo estadual como era titulado qualquer produtor rural. Aquele governo incorporou essas terras ao patrimônio da União e pôs o índio como tutelado, de maneira que ele é responsável inclusive pelas invasões, pois se é tutelado, ele tem de obedecer... E apesar disso há propriedade rural aí invadida... há vinte anos! Não tomam a terra do produtor, nem a entregam para os índios: não deixam o produtor trabalhar, progredir, pagar imposto para ajudar esse Brasil a crescer. Então, com todo o respeito que eu tenho, João, por você, esse cheque sem fundo seu eu gostaria que você me desse; eu não sou advogado, mas tenho uma assessoria muito boa, que eu queria cobrar — porque a obrigação de quem deve é pagar. Agora, eu tenho a impressão de que o deputado Paulo Corrêa foi muito feliz; e acho que algumas emendas suas não foram pagas talvez — talvez — por falta de documentação legal; se não foram por falta de documentação, você é parlamentar como eu, aí entendo como retalhação; e acho que você tem razão, e nós como parlamentares aqui devemos cobrar do governo.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Permite um aparte, deputado?



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não tenho mais tempo, deputado... Mas vá lá, um minuto...

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Na verdade o que o deputado João Henrique está cobrando não são emendas nossas agora deste mandato; nós acabamos de apresentar os relatórios das nossas emendas, para as entidades, para os municípios, é um processo ainda em andamento. Não são emendas de agora, são da legislatura passada; e nas duas últimas legislaturas nós fomos engolidos nesta Casa em dois anos de emendas, na gestão do ex-governador Reinaldo Azambuja. Na legislatura 2019-2022, nós só perdemos, só tivemos três emendas pagas, e na anterior também, só três emendas pagas. Então assiste razão ao deputado João Henrique, porque o governo ficou em débito conosco, nós parlamentares. Foi empurrando, empurrando as datas de pagamento, e acabou que uma emenda foi engolida agora: na de 2019-2022 nós perdemos uma emenda, e na outra legislatura (2015-2018) perdemos outra. Ou seja, nos oito anos do governo Reinaldo Azambuja, nós tivemos seis emendas pagas apenas — e eu sou um deles. Se os demais parlamentares receberam, não sei... Quanto a mim, confesso que só tive seis emendas pagas... e olha que eu tenho uma equipe excelente, tive todas as minhas emendas liberadas, inclusive, no início, fui um dos poucos deputados que teve 100% das emendas liberadas, porque minha equipe foi implacável no levantamento da documentação... Mas, repito, perdemos duas emendas nas duas últimas legislaturas. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Para concluir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu entendo que a colocação do deputado Lidio está 100% certa, de fato não foi correta essa atitude do governador Reinaldo; porque eu acho que todos temos os mesmos direitos, seja da situação ou da oposição — todos temos o mesmo valor, fomos eleitos pelo povo para representar o povo. Então eu acho que as emendas têm de ser pagas... Algumas minhas que não foram pagas, foi por falta de documentação da entidade, que não tinha certidão. Agora, acho muito estranho; sou amigo pessoal do governador, acho-o um bom técnico, que vai fazer um bom governo, de qualquer modo isso que foi colocado aqui é uma falta de atendimento político, é uma desfeita isso de não pagar as emendas dos parlamentares. Era só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM do DIA**. Item 1. Em discussão única a apreciação de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 076/2022, de autoria do ex-deputado Evander Vendramini. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à manutenção do veto parcial, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 076/2022, de autoria do ex-deputado Evander Vendramini.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para ficar registrado, ontem eu falei do deputado Neno Razuk que estava on-line... agora já presente em todas as sessões...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Só para registrar, senhor presidente, on-line ou presencial, sempre trabalhando por Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte votos favoráveis e um contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mantido o veto. Vai ao arquivo o veto parcial. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 011/2023. Autor: deputado João Henrique. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 011/2023, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).



Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apesar do homenageado ser um bolsonarista declarado, quero dizer que tive uma relação muito respeitosa e democrática com ele aqui na Assembleia Legislativa. Isso demonstra que nós temos

de aprender a conviver com as diferenças, diferentes opiniões, diferentes ideologias, tem de ser uma convivência respeitosa. Nós não temos nenhum problema do ponto de vista pessoal com o homenageado, apenas divergências no campo das ideias, no campo da política... Quero dizer que mantenho uma amizade, um relacionamento muito bom com o indicado do deputado João Henrique, e por isso voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto por unanimidade dos deputados presentes, que concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Renan Barbosa Contar. Vai ao Expediente. Aprovado na Casa da Democracia, deputado João Henrique, o título concedido por Vossa Excelência. Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 013/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 013/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Nelson Vieira de Souza, ex-presidente da Associação dos Policiais Federais, concedido pelo deputado Professor Rinaldo. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Lei nº 144/2023. Autor: deputado Jamilson Name. "Denomina Desembargador Heliophar Serra o trecho localizado na rodovia MS-450, compreendido entre o distrito de Camisão até a UEMS - unidade universitária de Aquidauana". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 144/2023, de autoria do Deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz? Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Presidente, esse senhor é o avô do nosso querido amigo Claudio Serra, vereador aqui da nossa Capital. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MÁRCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 070/2023. Autor: deputado Lidio Lopes. "Estabelece diretrizes destinadas à inclusão social de pessoas com Síndrome de Down no estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 070/2023, de autoria do Deputado Lidio Lopes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?



DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Parabéns, deputado Lidio. Vai à redação final por ter recebido emendas. Item 6. Em discussão única e votação simbólica... Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto... Antes, porém, deputado, deixe-me cumprimentar o Jefinho, o Jéferson Lopes, vereador de Itamarati. Obrigado pela presença... Com a palavra o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, eu queria fazer uso da palavra hoje para pedir o destaque acerca do Requerimento nº 2.961/2023 de autoria do nobre deputado João Henrique, que pede cópia de todos os contratos de prestação de serviços publicitários e aditivos; quais são os valores gastos

até o presente momento, e qual o saldo dos respectivos contratos referentes a publicidade e propagandas elaboradas pelas agências contratadas, entre outros. Senhor presidente, eu penso que esta casa legislativa tem o dever de fiscalizar, mas nós não precisamos fazer proselitismo político, uma vez que todas essas informações se encontram absolutamente claras no Portal da Transparência do governo do estado. Então eu penso que não podemos fazer um carnaval em cima de coisas que na realidade já estão absolutamente claras, disponíveis para o cidadão sul-mato-grossense.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Destacado o Requerimento nº 8. Em discussão única e votação simbólica...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho... Vossa Excelência vai discutir o requerimento?... Então eu vou votar, Excelência... O senhor vai discutir o requerimento de Vossa Excelência?... Então vamos ouvir primeiro os outros, e na hora da discussão lhe concedo a palavra... Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu queria pedir também o destaque dos requerimentos do deputado Rafael Tavares, os números 1 e 2.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Também em votação em destaque os Requerimentos nºs 1 e 2. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: 5 requerimentos, 53 indicações, 1 moção de aplauso, 5 moções de congratulação e 1 moção de repúdio. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Agora vamos à votação dos requerimentos em destaque. O primeiro requerimento em destaque, solicitado pelo deputado Predrossian Neto, é o de número 2.961/2023. O requerimento solicita cópia, mapas de veiculação, autorização de produção, descrição de veículos de comunicação. Em discussão o Requerimento nº 8, de autoria do deputado João Henrique. Para discutir, o deputado João Henrique. Vossa Excelência tem até dez minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, o tempo é exíguo e a fala também. Eu ouvi o que disse o vice-líder do governo, deputado Pedrossian Neto, senhor presidente, e queria explicar a Sua Excelência que fiscalização de mais, uma apuração a mais nos contratos públicos, ajuda a evitar cenas que estamos vendo no noticiário... em massa... e na gestão que Sua Excelência integrou... E há aí, nessas notícias, também empresas contratadas pelo governo do estado. Então, se o governo do estado, se a prefeitura, à época, permitissem a transparência, o trabalho dos parlamentares, talvez hoje as capas dos principais jornais do estado não estivessem enlameadas com tantos fatos que envergonham a população sul-mato-grossense. É por isso que a gente quer o acesso, é em respeito ao artigo 58 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul: "Os



deputados terão acesso às repartições públicas estaduais para se informarem sobre qualquer assunto de natureza administrativa". A nossa Constituição não limitou, a nossa Constituição escolheu o adjetivo qualquer, ou seja, qualquer um, o que você quiser, parlamentar, aonde você quiser buscar o detalhamento, a fiscalização — foi a procuração que eu recebi dos meus eleitores, chamada mandato. Só para Vossa Excelência ter noção, eu fiz uma conta: as principais agências de publicidade do governo do estado (lembrando que o meu foco não são as agências), dez agências, valem mais do que vinte e quatro deputados! Cento e sete milhões de reais! no curto período de doze meses investidos em publicidade. Esses valores estão no Portal da Transparência, porque foi de lá que os tirei; agora, a nota fiscal, imprensa, mídia, campanhas de publicidade, quais veículos, os valores pagos que cada um de vocês gostaria de saber, como isso é veiculado, se é realmente veiculado, qual o valor gasto em média... nenhum parlamentar tem acesso a isso. Aliás, só em 2022, foram 86 milhões de reais gastos, 50 milhões a mais, deputado Marcio Fernandes, do que as nossas emendas não impositivas. Então nós estamos falando de um governo que mal começou e já empenhou, na publicidade, 21 milhões e ainda não pagou um único centavo de emenda parlamentar. Então o que este deputado pede é o acesso simples à cópia de todos os contratos de prestação de serviços publicitários, e os aditivos; os valores gastos até o presente momento e qual o saldo dos respectivos contratos, cópia das notas de empenho, cópia das notas fiscais dos serviços realizados pelas agências contratadas, acompanhadas das notas fiscais dos fornecedores e veículos... Isso nós não temos; o governador Eduardo Riedel não adotará o *compliance* em seu governo se a base parlamentar aqui votar contra o meu requerimento... Executados até agora são R\$ 21.669.716,86. Então, este parlamentar apenas defende a sua atuação parlamentar. Toda a imprensa, todo cidadão gostaria de saber a razão de um gasto desse tamanho sem a devida publicidade... Se este parlamentar chegar agora na secretaria e invocar o artigo 58, que nos dá o acesso a todas as repartições públicas para o recolhimento de informações sobre qualquer assunto de natureza administrativa, eu vou ter de sair de lá ir para a delegacia. Então, para não ir para a delegacia, para não ir ao Judiciário, vamos aprovar aqui na Casa. Vamos mostrar todos nós o nosso poder de fiscalização, de complementação... Então é isso que estamos querendo aqui, senhor presidente... Bom, eis como encaminho o voto favorável ao nosso requerimento de abertura dos gastos publicitários dos fornecedores e dos veículos, de todas as campanhas realizadas nos doze meses que antecedem o requerimento.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o nobre deputado Londres Machado, líder do Governo.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — O ilustre deputado João Henrique praticamente já disse, em seu pronunciamento, que tem todos os valores ali; já falou tudo, nome das empresas, quantas são as empresas... E na justificativa para o seu requerimento, diz ele que já conseguiu uma parte, certo?... Então, pela Lei nº 1.416, que é a lei da transparência, votada nesta Casa, qualquer cidadão — qualquer!



não precisa ser deputado, não —, qualquer cidadão pode ir lá e pedir... Se não receber, que entre na Justiça, mas o governo é obrigado a fornecer... Se já está de posse de uma parte das informações, peça o restante que está faltando... Isso é uma licitação de 2020, do tempo do governador Reinaldo, que está em vigor até hoje. O deputado quer é parar a secretaria. Porque uma coisa é fiscalizar; fiscalizar uma obra que está saindo, se está sendo executada, e se houver indícios — indícios! — de irregularidade, então pede-se a informação. Outra coisa é parar o governo. O deputado quer parar o governo! Ele não está bem hoje, não. Hoje ele já por duas vezes falou em cheque sem fundo... Como que o governo vai dar um cheque sem fundo?!... Como que o governo vai fazer isso?!... O governo deixar de pagar uma emenda, deixar de fazer alguma transferência financeira, tudo bem, isso é normal; o deputado tem de correr atrás, tem que correr atrás muitas vezes... Então o deputado hoje não está bem... E eu queria pedir aos senhores deputados que acompanhassem a liderança do governo, votando contra o requerimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Quem votar não, vota contra o requerimento, que votar sim, vota a favor.

Requerimento de Informações nº 2961/202, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto não.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATOGROSSO (PSDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pode declarar, deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Seguindo o meu líder, que é a população de Mato Grosso do Sul, que deseja maior transparência nos órgãos públicos, eu voto sim ao requerimento do deputado João Henrique.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?... Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quatorze votos contrários e três votos favoráveis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Rejeitado o requerimento. Arquive-se. Item 1 em destaque. Requerimento nº 2815/2023, do deputado Rafael Tavares, solicitando informações acerca de questionário apresentado no Centro de Estadual de Atendimento Multidisciplinar para Altas Habilidades/Superdotação do Estado de Mato Grosso do Sul. Em discussão o requerimento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, o Centro de Altas Habilidades apresentou ali um requerimento onde a pessoa que for fazer a inscrição — um adolescente, uma criança, etc. —, além de ter de preencher todos os dados pessoais, vai dizer qual que é o gênero dela, se masculino, feminino ou outro gênero com que ela se identifique. Se o Centro de Altas Habilidades busca essa informação, é porque acha relevante; talvez em razão de um levantamento, de alguma pesquisa, o centro esteja buscando essa informação... Eu não entendo por que questionar essa prática que está sendo adotada pelo Centro de Altas Habilidades. Acho que de certa forma é uma discussão que perpassa pelo moralismo, querer enquadrar as pessoas dentro de uma realidade binária... E as pessoas hoje, como disse aqui em outra discussão, estão muitas vezes se identificando com outros gêneros, diversos daquele da sua constituição biológica. Isto é uma realidade que está aí presente na sociedade, nós não podemos impor para as pessoas que "não, você vai ser deste gênero aqui, e ponto final"... Não é assim, se ela não se identifica com esse gênero, ela tem hoje o direito de ser aquilo que sente que é. Então, não sei por que essa perseguição, essa discussão moralista. Eu acho que, nesse sentido, nós temos que dar autonomia ao Centro de Altas Habilidades do Estado para buscar essa informação daqueles que se estão inscrevendo para os seus programas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Para discutir, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Só para explicar aos demais colegas aqui que isso foi proposto dentro de uma sala de aula para crianças até 10 anos de idade. Criança de dez anos de idade têm de responder qual é o gênero que ela quer escolher?!... Eu acho que não. Então é por isso que a gente propõe o requerimento. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação Requerimento nº 02815/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares. Quem votar sim, é a favor do requerimento, quem votar não, vota contra.

Requerimento nº 02815/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente. Esta é uma pauta que eu acompanho também já há muitos anos, sempre conversei com essas pessoas para tentar compreender por que são tão discriminadas, o que acontece na vida delas. Sempre que lhes perguntava como, quando é que percebiam o seu gênero, todas respondiam dizendo que isto se deu por volta dos cinco, seis anos de idade. Então eu acho que o requerimento está certo, o instituto tem o direito de discutir isso, ele tem as suas necessidades, os seus critérios a atender para promover a valorização das pessoas e para combater a discriminação. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lídio Lopes?

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto não.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim, e agradeço os votos favoráveis dos colegas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?... Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São onze votos favoráveis e três votos contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Requerimento com destaque, também de autoria deputado Rafael Tavares, nº 02832/2023, que solicita providência com relação à professora da matéria de História, da Escola Estadual Joaquim Murinho, desta Capital, em razão de denúncias recebidas pelos pais, de que a professora de História vem dando indiretas sobre política durante suas aulas. Alguns alunos chegaram a gravar as atitudes da referida professora, um dos quais a flagra chamando os de extrema direita de racistas, xenofóbicos, que não respeitavam as leis, a democracia, assim como Bolsonaro. O requerimento solicita providência da Secretaria de Educação. Em discussão.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pode discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu acho que o deputado Rafael Tavares deveria parar de perseguir os professores... Trazer um requerimento desses aqui, para mim é ridículo... Uma professora falou em sala de aula que o Bolsonaro é de extrema direita. Onde é que está o erro dela aí? De extrema esquerda é que ele não é! Socialista ele não é! Comunista não é! De extrema direita? todo mundo sabe que é!... Essa professora me ligou, ela está com depressão, deputado. Pare de perseguir professor!... Ficar gravando professor em sala de aula?!... Que comportamento é esse?!... Você quer jogar para a sua base eleitoral que está combatendo a esquerda? Ora, o professor em sala de aula tem o direito de manifestar a sua opinião... Quantos professores em sala de aula falaram que o Lula é ladrão? falaram que o Maduro é um ditador, que não deveria visitar o Brasil?... Muitos professores falaram também... Agora ninguém pode falar do Bolsonaro que tem dezessete processos nas costas, e amanhã vai ser julgado e vai ficar inelegível, porque foi o pior presidente da República que nós tivemos até hoje! que arquitetou um golpe de Estado! que queria matar a nossa democracia, o estado democrático de direito! Um corrupto que recebeu um colar de joias do rei da Arábia Saudita! Embolsou, fugiu para os Estados Unidos, e só entregou depois que foi descoberto! Um genocida!! que por conta do seu comportamento, do negacionismo, foi responsável pela morte de milhares de brasileiros... Agora o professor não pode falar nada, ele tem de ficar lá na sala de aula quietinho. Se fosse falar do Lula, podia falar! A professora falou que ele é extrema direita, como é a primeira ministra da Itália, também de extrema direita: todo mundo fala. Como é Donald Trump nos Estados Unidos: de extrema direita. Como Vossa Excelência aqui, deputado Rafael Tavares, que é de extrema direita! Ou o senhor é de esquerda?... Não é, né?... Eu estou falando que Vossa Excelência é de extrema direita, estou ofendendo Vossa Excelência? Estou dizendo alguma inverdade aqui?... A professora está com depressão, deputado! Pare de fazer isso com as pessoas, de incentivar aluno a gravar, filmar professor dando aula para depois querer denunciar. Eu acho isso uma falta de respeito com os professores, com os educadores de Mato Grosso do Sul. Todo mundo é responsável, é profissional... Agora estão tentando impedir que os professores manifestem a sua opinião. Manifestar opinião não é proibido, está na nossa Constituição. Vocês aqui na tribuna, quando da votação do meu projeto de *fake news*, falavam de "cerceamento da liberdade de expressão"! Vocês estão querendo fazer isso com os professores! Cercear o direito de o professor manifestar a sua opinião! Então eu peço aqui aos senhores deputados, deputadas, que votem contra esse requerimento e deixem a professora exercer o seu ministério de educadora, que ela pare de sofrer perseguição por conta dessa discussão meramente ideológica que se traz aqui... E o Bolsonaro é de extrema direita! E é genocida! E é um golpista, comprovadamente. E se a justiça for feita, há de ser preso nos próximos meses aqui no Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Senhor presidente, eu entendo toda a raiva exposta pelo colega do PT, pois durante muito tempo a esquerda doutrinou os alunos aqui em Mato Grosso do Sul, e talvez não tivessem alguém para dar voz para os pais desses alunos, que não colocam os filhos na escola para ouvirem a opinião política de professor, para serem doutrinados. Quando ela coloca o Lula como centro-esquerda dentro de sala de aula, começa a falar que a extrema direita é fascista, é nazista, é genocida, e aí depois encaixa o Bolsonaro como extrema direita, ela está manipulando a cabeça desses alunos! Ela está dando a entender que o Bolsonaro é um criminoso e Lula um moderado... Isso é doutrinação ideológica clara! E eu quero dizer para todo mundo no Mato Grosso do Sul: enquanto eu estiver nesta Casa, os alunos podem gravar os professores, mandem-me os seus áudios, porque se houver doutrinação dentro de sala de aula, este deputado que está aqui vai denunciar e vai propor requerimento, porque professor não é pago para fazer isso em sala de aula. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLACE JANE (PT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputadas. Nós somos a Casa de Leis, a casa do povo, e nós temos de ter responsabilidade com a legislação, com a Constituição federal, com a Constituição estadual. E não custa lembrar que a Constituição federal, que a Constituição estadual, toda a legislação em torno da educação fala em liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte, o saber. Também fala no pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas, da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino: este é o texto da Constituição federal, é o texto da Constituição estadual, e esse conceito está também em toda a legislação que diz respeito à educação, nacional ou estadual. Dito isso, a partir da legalidade do que a professora está fazendo, é preciso compreender que o professor fala a partir da ciência, e na ciência nós temos o campo das exatas, das biológicas e das humanas; e a História também é parte da ciência. Então quando a professora vai à sala de aula e explica o que é esquerda, o que é direita, o que é extrema esquerda, dando exemplos sobre isso, ele está cumprindo seu papel — e não é que tenha o direito de fazer isso: ele tem o dever! É dever da escola falar sobre o que significa a História e a política. Recentemente recebemos aqui neste plenário estudantes de uma escola privada que se declararam totalmente favoráveis ao Bolsonaro... Mas ora, se a escola privada tem o direito de fazer o seu debate, de se posicionar politicamente, a escola pública também tem esse dever. É dever nosso, das escolas, promover o conhecimento e

compreender isso... Sobre a professora dizer que Bolsonaro é de extrema direita, eu gostaria de lembrar aqui apenas algumas frases, que são muitas, não vai dar tempo de dizer tudo... Mas o Bolsonaro disse em 2008, e repetiu em 2016, que "o erro da ditadura foi torturar e não matar"; "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor da Dilma, eu voto sim" (foi assim que ele aprovou o golpe, promovendo um ditador e um torturador); "Ele merecia isso, pau-de-arara funciona, eu sou favorável à tortura, tu sabe disso, e o povo é favorável a isso também"... Estou lendo aqui, senhores, falas do Bolsonaro; não sou eu que estou dizendo que o Bolsonaro é extrema direita, são as práticas... Tampouco seremos nós aqui que vamos dizer se fulano é de esquerda ou de direita, são as nossas práticas, é a História, é a ciência que vai dizer qual é o posicionamento de cada um aqui... Eu posso até afirmar isto ou aquilo, mas se eu não estiver agindo de acordo com aquilo que professo, prevalece o que faço na prática... Bom, há muitas outras frases aqui, como quando ele afirma que não vai estuprar uma mulher porque ela não merece... Quer dizer: as mulheres merecem ser estupradas, esse é o conceito dado aqui pelo ex-presidente... Então eu quero dizer que a professora cumpriu com o seu papel. O professor na sala de aula, mais do que o direito, tem o dever de promover o conhecimento e de dizer o que é esquerda, o que é direita, para os alunos debaterem. Eu li atentamente, nobres deputados, a taquigrafia do que a professora disse. A professora, de maneira carinhosa com os alunos, é assim que aparece na taquigrafia, ela permite o debate, ela permite que os alunos façam perguntas... Em nenhum momento ela cerceia o direito de qualquer aluno de se manifestar. Portanto, se nós temos alguma providência a tomar com relação a isso, é de dar os parabéns a essa professora, que está cumprindo o seu papel. Se a Secretaria de Educação tem alguma coisa a fazer, é dizer para todas as escolas que é preciso cumprir a Constituição federal e estadual e garantir o direito à liberdade de expressão... E eu gostaria de dizer ao nobre deputado que eu sou professora, eu estava na sala ano passado no período das eleições... E quando se diz que nós da esquerda doutrinamos os alunos, é até engraçado... porque mais de 70% dos meus alunos pensavam exatamente como a direita ou extrema direita: não eram de esquerda, não pensavam como a esquerda. Em nenhum momento é cerceada a liberdade desses alunos de manifestar seu pensamento. Então, se os alunos podem, as professoras também podem. Para finalizar, gostaria de dizer que esse requerimento, nobres deputados, mais do que perseguição política a uma professora, que é crime, ele também estimula os estudantes a cometer atos ilegais, porque gravar professor sem sua permissão é ilegal. Então esse requerimento estimula os alunos a cometer ilegalidades, e por isso peço aos senhores que votemos não a esse requerimento. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, nós temos elencados dentro do nosso Regimento vários tipos de pedidos, de indicação, de requerimento, etc... A única que obriga são as emendas constitucionais, os projetos de lei complementares, ou seja, projetos de lei ordinária. No caso em tela, trata-se de um requerimento solicitando à Secretaria de Educação que tome providências. Cabe à secretaria a decisão de tomar ou não alguma providência. Nunca, em vários outros

momentos, aconteceu semelhante arenga... Está havendo uma discussão grande porque houve o destaque, para se discutir a questão. A Secretaria de Educação, dentro do seu normativo, dentro dos parâmetros da legalidade vai tomar as providências que ela entenda necessárias, se vai ou não tomar... E se alguém se sentir prejudicado tem também de tomar as medidas legais com relação a isso... Queria apenas dizer a Vossa Excelência que nós estamos superdimensionando o tamanho do problema, tamanho que o problema na verdade não tem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão o projeto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu queria cumprimentar o deputado Rafael Tavares pelo requerimento feito, endossando as palavras do deputado Junior Mochi: que se tomem aquelas providências previstas na lei, sempre com a ampla defesa e o amplo debate, o contraditório, etc., que a secretaria aja naquilo que possa agir. Com relação a esse tema, se é direita, se é esquerda, nós temos que ver se é um professor de Português, se é um professor de Matemática, se é um professor de Física... Os pais, quando colocam seu filho numa escola pública, estão acreditando na carga de ensinamentos oferecida. Na escola privada, se houver algum tipo de extrapolação, será corrigido! O Escola sem Partido é um projeto que ganhou um grande apoio popular porque muita gente espera que opiniões políticas, de cunho ideológico, não sejam levadas para a sala de aula com o viés do professor — por quem o aluno tem um carinho, um respeito, uma consideração —, para que isso não deixe os alunos já com esse viés no pensamento... Assim, se houvesse um curso de Sociologia, de Antropologia, de Direito onde se pudessem oferecer várias visões e correntes, seria o adequado. Agora, na escola, enquanto o menino é pequeno... eu não quero que o meu filho pequeno vá discutir ideologia de gênero, seja submetido a um questionário, tenha de falar sobre uma corrente que o professor reputa a melhor. Com todo o respeito, nós temos de focar na Matemática, na Física e no Português, que está ruim segundo os índices, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para deixar claro, deputado, é professora de História, o próprio deputado relata aqui... Ainda em discussão.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Eu sou contra a doutrinação nas escolas, mas também vejo o papel fundamental do educador. Como filha de professora que fez história em Mato Grosso do Sul, creio que algumas pautas têm de ser debatidas em sala de aula, sim. Precisamos falar de inclusão, precisamos falar de política nas nossas escolas... Mas vejo em tudo isso algo muito mais grave: essa polarização. Nós vivemos no parlamento estadual, e aqui nós temos realmente que debater, confrontar as visões diferentes. Quanto ao seu requerimento, deputado Rafael



Tavares, eu vou votar a favor, para que se busque o que de fato aconteceu, com a ressalva de que ninguém está aqui para criminalizar, penalizar... Ao mesmo tempo, fico de certa forma incomodada, presidente, vou confessar isso para o senhor, ao ver que neste Parlamento ao invés de discutirmos ideias, proposições que mudem a vida da população de Mato Grosso do Sul, tantos temas realmente oportunos (saúde, educação, inclusão, moradia, etc.), ficamos nessa queda-de-braço entre direita, esquerda, nesse extremismo... Nada disso é saudável para o Parlamento, não é saudável para a democracia. Como comentava com a deputada Mara Caseiro e o deputado João César Mattogrosso, que são do meu partido, partido de centro, nós ficamos no meio desse fogo cruzado, numa situação muito desconfortável. Faço aqui esse desabafo, presidente, que muitas vezes a gente repensa afinal para que foi eleito, para que que eu vim aqui... É para ficar debatendo isso num país já tão rachado, tão dividido?!... Será que já não passou da hora de nos unirmos? Independentemente de quem está no poder hoje, de quem estava no poder, nós temos de reconstruir o País. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, nós temos que atentar naquilo que está sendo solicitado no requerimento. Se fosse um requerimento pedindo a punição da professora, tudo bem, seria outra coisa... Mas não é isso que está sendo solicitado. Cito textualmente: "(...) solicitando que sejam tomadas providências com relação à professora tal que ministra a matéria de História na Escola Estadual Joaquim Murtinho. Então na verdade o colega está solicitando, o que é um direito do parlamentar, o parlamentar tem esse direito! Agora, essa solicitação chegará à Secretaria de Educação, que vai conversar com a diretora, que vai falar com essa professora, para verificar se de fato ou não essa aula está sendo ministrada de maneira equivocada, ideologizada, enviesada, ou não. De qualquer forma, ao votar favoravelmente a esse requerimento, nós não estamos prejudicando essa educadora, que eu não conheço... Então, ao conversar, esse diretor vai lhe conceder o direito de resposta, o direito ao contraditório... E eu não sou favorável a que se fique perseguindo professor. Eu acho que esse debate sobre o ideologia ou não nas escolas está mal colocado, ainda mais com essa polarização... É o seguinte, não é que se esteja proibindo de falar de política em sala de aula, até mesmo porque este é um tema inerente à disciplina de História, de Geografia, é natural falar de política nas ciências humanas; e mais, de uma maneira ou de outra transparece a visão de mundo do professor. Isso não está errado... O que que está errado?... É você substituir um conteúdo programático, que deveria ministrar, por proselitismo político. Então sugiro que nós, ao encaminharmos esse debate — e aqui nós temos a extrema esquerda, a extrema direita —, substituíssemos a discussão sobre o Escola sem Partido, sobre a ideologia nas escolas, pela discussão sobre os direitos de aprendizagem. A questão de fundo é esta: o que que o aluno tem de direito ao estudar História?... Ele tem direito de saber o que se passou na Revolução Francesa, ele tem direito de saber o que foi a Cabanagem...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — ...Ele tem direito de saber as coisas que aconteceram no país e no mundo, para que ele possa se situar. Então temos de focar no aprendizado do aluno, e esquecer um pouco mais esse debate que está rasgando este país ao meio. Eu voto favoravelmente ao requerimento, porque penso que não se está prejudgando necessariamente a professora.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Requerimento nº 02832/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Coronel David? Como vota deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente... Considerando que o requerimento julga, sim — uma vez que pela taquigrafia da fala da professora, que está aqui, fica fácil entender que a professora está cumprindo com as suas obrigações no seu mister de ensinar História, garantindo o direito dos alunos —, eu voto não ao requerimento; em defesa da democracia e da liberdade de expressão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim, favorável ao requerimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Junior Mochi?



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Lucas de Lima? Como vota deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu acho que qualquer denúncia que nos chegue, nós temos de tomar alguma providência. Pois é justamente nesse sentido a razão desse requerimento, como reação a uma denúncia que nos chega, para que seja tomada alguma providência julgada necessária, lógico, pela diretoria da Escola Estadual Joaquim Murтинho... Pelo que consta aqui, a denúncia não veio apenas de um pai, logo o episódio precisa ser apurado, a professora tem de ser ouvida, ela tem o direito de falar, de dizer como atua dentro de sala de aula, e ouvir o outro lado: precisa ouvir ambos os lados. Então, nesse sentido, nós não estamos prejudgando ninguém... Agora, que há excessos dentro da sala de aula, a gente sabe que há, infelizmente, mas que, claro, não são cometidos por todos, a gente tem de reconhecer isso. Por isso sou favorável ao requerimento, porque é pedido de providência, não é prejudgamento. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu, com todo respeito, quero discordar da deputada Lia Nogueira, do deputado Pedro Pedrossian Neto, quando assinalam que temos de esquecer essa polarização que existe na sociedade, que temos de deixar para lá, apaziguar... Essa questão precisa, sim, ser discutida! Não é uma questão menor; o ex-presidente Jair Bolsonaro tentou dar um golpe de Estado nesse país! Sabe o que que é isso? Isso é gravíssimo! É gravíssimo. Ele tinha de estar na cadeia já faz tempo... Há uma CPMI no Congresso Nacional discutindo os atos golpistas de 8 de janeiro. O presidente Bolsonaro tentou dar um golpe de Estado! Então isso não é uma questão menor, e quando a gente discute isso dizendo que é uma mera polarização entre esquerda, direita... Não é! É discutir a defesa da democracia neste país! É discutir a defesa da Constituição federal, do estado democrático de direito. E o Bolsonaro tem de ir para o lixo da história, para o lixo da história. Então, se essa professora estava fazendo essa discussão com seus alunos, ela tem de receber é uma moção de congratulação desta Casa! Eu voto não, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Declaração de voto, presidente, apenas para agradecer o voto dos colegas e para dizer que os bons professores de Mato Grosso do Sul podem contar com este parlamentar, mas nós não admitiremos doutrinação ideológica nas escolas. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira? Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (Pedro Kemp - PT) — São dez onze votos favoráveis e dois contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pela Casa, em razão do falecimento do senhor Edson Kiochi Nabokuro. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento da senhora Marta Rosangela Fidelis. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Cícero Silvério Alves Gusmão. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Nada mais havendo a tratar, esta presidência dá por encerrada a presente Sessão (12h04min).